

LEI Nº 1.408/2024, 06 DE DEZEMBRO DE 2024

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS PARA O
EXERCÍCIO DE 2025.**

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Águas Frias, para o exercício de 2025 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 34.094.470,00 (trinta e quatro milhões, noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento dos Poderes Executivos e Legislativos ficam assim definidos:

UNIDADES	RECEITA	DESPESA
PREFEITURA	32.873.570,00	26.632.570,00
F.M. DE SAÚDE	1.220.900,00	6.046.900,00
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	1.415.000,00
TOTAL	34.094.470,00	34.094.470,00

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	38.500.700,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	2.642.400,00
1.2. Receita de Contribuições	195.000,00
1.3. Receita Patrimonial	61.000,00
1.4. Receita de Serviços	240.000,00
1.5. Transferências Correntes	35.239.500,00
1.6. Outras Receitas Correntes	122.800,00

2. RECEITAS DE CAPITAL	299.000,00
2.1. Alienação de Bens	260.000,00
2.2. Amortização de Empréstimos	17.000,00
2.3. Transferências de Capital	22.000,00
TOTAL	38.799.700,00

3. DEDUÇÕES DE RECEITAS	5.926.130,00
3.1. Dedução de Receita – Renúncia	7.030,00
3.2. Dedução de Receita – Descontos Concedidos	47.250,00
3.3. Dedução de Receita para formação do FUNDEB	5.857.600,00
3.4. Dedução de Receita – Outros Deduções	14.250,00
TOTAL	32.873.570,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.210.900,00
1.1. Receita Patrimonial	12.400,00
1.2. Transferências Correntes	1.198.500,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00
2.1. Transferências de Capital	10.000,00
TOTAL	1.220.900,00

RECEITAS CONSOLIDADAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	39.711.600,00
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	2.642.400,00
1.2. Receita de Contribuições	195.000,00
1.3. Receita Patrimonial	73.400,00
1.4. Receita de Serviços	240.000,00
1.5. Transferências Correntes	36.438.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	122.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	309.000,00
2.1. Alienação de Bens	260.000,00
2.2. Amortização de Empréstimos	17.000,00
2.3. Transferências de Capital	32.000,00
TOTAL	40.020.600,00

3. DEDUÇÕES DE RECEITAS	5.926.130,00
3.1. Dedução de Receita – Renúncia	7.030,00
3.2. Dedução de Receita – Descontos Concedidos	47.250,00
3.3. Dedução de Receita para formação do FUNDEB	5.857.600,00
3.4. Dedução de Receita – Outros Deduções	14.250,00
TOTAL	34.094.470,00

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.415.000,00
GABINETE DO PREFEITO	650.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	5.492.850,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	7.784.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	6.046.900,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.371.500,00
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	3.017.275,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	7.288.445,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
TOTAL	34.094.470,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.415.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	4.390.350,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	158.500,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.126.500,00
10. SAÚDE	6.046.900,00
12. EDUCAÇÃO	7.159.500,00
13. CULTURA	236.000,00
15. URBANISMO	2.280.000,00
16. HABITAÇÃO	520.000,00
17. SANEAMENTO	640.000,00
20. AGRICULTURA	2.979.275,00
22 INDÚSTRIA	320.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	40.000,00
24. COMUNICAÇÕES	38.000,00
26 TRANSPORTE	4.048.445,00
27. DESPORTO E LAZER	349.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	1.319.000,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
TOTAL	34.094.470,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	20.783.070,00
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	9.879.050,00
3.2.00.00. - Juros e Encargos da Dívida	250.000,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	10.654.020,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	5.821.500,00
4.4.00.00 - Investimentos	5.271.400,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	100,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	550.000,00
9.0.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
9.9.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
TOTAL	26.632.570,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	5.782.450,00
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	2.473.000,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	3.309.450,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	264.450,00
4.4.00.00 - Investimentos	264.450,00
TOTAL	6.046.900,00

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	1.219.900,00
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	880.050,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	339.850,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	195.100,00
4.4.00.00 - Investimentos	195.100,00
TOTAL	1.415.000,00

CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	27.785.420,00
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	13.232.100,00
3.2.00.00. - Juros e Encargos da Dívida	250.000,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	14.303.320,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	6.281.050,00
4.4.00.00 - Investimentos	5.730.950,00

4.5.00.00 – Inversões Financeiras	100,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	550.000,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
TOTAL	34.094.470,00

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, por meio de abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2025 os riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo Único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita estimada para o orçamento consolidado, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2022-2025.

§ 1º Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recurso, inclusive proveniente do cancelamento dos restos a pagar;

III - O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no § 2º, art. 167 da Constituição Federal.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver contratado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou contratado.

§ 1º A apuração do excesso ou provável excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2025, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou por meio de seus órgãos da administração.

Art. 12. Ficam compatibilizadas as metas físicas e financeiras do PPA 2022-2025 e as metas, prioridades, rubricas de receitas e fonte de recurso da Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2025, mantendo compatibilidade com essa Lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águas Frias, em 06 de dezembro de 2024.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado no DOM/SC.